

Relatório Estadual

CEARÁ

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome: Janaína Ilara Ferreira Conceição	
Telefones (informe dois telefones):	
E-mail:	

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
Janaína Ilara Ferreira Conceição	Poder Público
Kaio Alexander Fragoso Secundino	Poder Público
Expedito Eloísio Ximenes	Poder Público
Ezequiel Pereira de Sales	Poder Público
Kalina Maria	Poder Público
Magda Mota	Sociedade Civil
Josedete Gonçalves Xavier	Sociedade Civil
Jeferson Higino	Sociedade Civil
Júnior Lira	Sociedade Civil
Ronald Tavares	Sociedade Civil

AVISO DE PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Este modelo de documento foi elaborado para fins de registro e publicidade das etapas da Conferência. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e ao Princípio da Transparência Pública, informa-se que:

Dados restritos - A planilha e o documento para coleta de informações para cadastro e emissão de passagens, anexos, com dados pessoais da delegação eleita e as informações contidas exclusivamente nesta primeira página, que incluem dados de contato (telefones e e-mails) do Responsável pela Comissão Organizadora, possuem finalidade estritamente administrativa e institucional, e não serão publicizadas sem autorização prévia, objetivando a proteção da privacidade dos agentes envolvidos (Art. 2º, IV da LGPD).

Dados públicos - A partir da seção de Apresentação, incluindo as Propostas Aprovadas, Lista geral de Delegação eleita (apenas nomes, sem dados pessoais), Moções, Registros de participação e demais anexos, o conteúdo é destinado à ampla divulgação na página oficial da Conferência e em resposta a pedidos de acesso à informação, garantindo o controle social e a transparência do processo democrático.

Relatório Estadual

CEARÁ

APRESENTAÇÃO

No dia 10 de abril de 2026 o Arquivo Público do Estado do Ceará, realizou a Etapa Estadual do Ceará para a 2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq), com o apoio da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE), Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE), que ocorreu no Auditório.

As inscrições foram realizadas no período de 26/03 a 06/04, através do site do Mapa Cultural do Ceará, no seguinte link: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/oportunidade/7579/>. Ao todo 115 (cento e quinze pessoas) pessoas se inscreveram e compareceram na etapa estadual 70 (setenta) pessoas. No momento da inscrição os participantes preencheram um formulário com seus dados, além de indicarem o eixo temático de interesse para atuar e se pretendiam se candidatar para uma das vagas de delegado, conforme segmento.

A Cerimônia de Abertura, Auditório das Comissões da ALECE, localizada na Avenida Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres, Fortaleza-CE, teve a formação da mesa de abertura pela Secretária da Cultura do Ceará, Geciola Fonseca, Jéssica Ohara, Coordenadora da Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória, Janaína Ilara, Orientadora de Célula do Arquivo Público do Ceará, Joseana Lima dos Santos Soares Diretora do Departamento de Documentação e Informação da ALECE, e Magda Mota representante da Comissão Organizadora. A abertura foi transmitida pelo YouTube da Secult-Ce no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3Km7OtdyF08>.

Ao longo da tarde da manhã e tarde do, os participantes, organizados pelos seis eixos temáticos da 2ª CNArq, propuseram e debateram propostas que foram levadas para aprovação na Plenária Final, que também foi transmitida no YouTube da Secult-CE no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BEFNYcITcIY>.



No final, também a eleição para indicação dos delegados – 08 (oito) da sociedade civil e 8 (oito) do poder público, que se somam a mais 1 (um) delegados natos do poder público, totalizando 17 (dezesete) – que irão representar o Ceará na 2ª CNArq. As pessoas candidatas que não se elegeram para as vagas de delegado foram designadas como suplentes.

Apresentamos a seguir uma síntese das discussões e propostas apresentadas pelos participantes, sendo que conforme Regimento Interno da Etapa Ceará, cada eixo pode apresentar propostas, sendo aprovadas duas na Plenária Final e a terceira passando a integrar o conjunto de moções.

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Na data mencionada, compareceram ao eixo temático 07(sete) participantes de diversos órgãos e entidades públicas e privadas situados no Ceará.

Iniciados os trabalhos, o mediador realizou uma breve contextualização ao eixo temático, ressaltando o foco em um escopo de propostas que possam ser levadas a nível nacional. Iniciadas as discussões, o grupo de trabalho aprovou a submissão dos seguintes projetos:

Proposta Apresentada 1

1. Criação de um fundo nacional de aparelhamento de arquivos municipais, com condicionado ao cumprimento de metas pelo poder público municipal.

1.1 Criação de estrutura com atribuição de gestão documental em sua esfera de competência;

1.2 Elaboração de Programa de gestão documental, com competências definidas;

1.3 Instituição de comissões permanentes de avaliação de documentos no âmbito dos municípios.

Proposta Apresentada 2

Proposta de resolução do CONARQ para obrigatoriedade de profissional arquivista em todas as comissões permanentes de avaliação de documentos em órgãos ou entidades públicas.

Proposta Apresentada 3

Participação de profissional encarregado de gestão documental na construção, elaboração, implantação e monitoramento de políticas e ações institucionais de políticas de acesso e sigilo de documentos, dados pessoais, informações, dados e metadados no âmbito do poder público

Proposta Apresentada 4

Propor que os estados, por meio de suas comissões estaduais de arquivo elaborarem diagnóstico acerca dos acervos estaduais e municipais no âmbito de todos os seus poderes.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Os Eixos 2 e 4 precisaram ser unificados, pois o relator de um dos grupos faltou, o que levou ao remanejamento do relator do Eixo 2 para o Eixo 1. Desse modo, Vanessa Albuquerque ficou responsável por sistematizar a relatoria de ambos os eixos.

A discussão também levou em consideração os dois grupos, uma vez que tinham temas que conversavam entre si. Foi importante essa junção, pois os dois eixos tinham poucas pessoas e a discussão poderia ter sido reduzida por esse fato. Com a junção foi possível discutir com mais qualidade de deliberação.

As pessoas participantes fizeram suas apresentações. Falaram seus nomes e identificaram as instituições das quais faziam parte, relatando também como desenvolviam suas funções nesses espaços, prioritariamente arquivísticos.

A discussão começou pelo Eixo 4 - “Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania”. A leitura do texto base foi realizada pela relatora Vanessa Albuquerque.

Foram apresentadas e lidas quatro propostas referentes ao eixo. Foram essas propostas que alimentaram a discussão para que fossem duas propostas fossem desenvolvidas com a apreciação e as contribuições de todas as pessoas presentes, no auditório 5 do setor de Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Foi finalizado o texto das duas propostas do Eixo 4. Votaram favoravelmente ao texto os sete participantes e as três reladoras, que faziam parte da equipe técnica da Conferência.

Iniciamos a discussão sobre a temática do Eixo 2 - “Gestão de Documentos como infraestrutura democrática” com a leitura do texto base, que foi realizada pela mediadora Josedete.

Duas propostas foram apresentadas e os presentes refinaram os textos e votaram pela aprovação das mesmas.

Proposta 1

Implementar política nacional integrada de acesso à informação arquivística, baseada na transparência e na gestão eficiente, com obrigatoriedade de adoção do sistema de Gerenciamento arquivístico - SIGAD, conforme o e -ARQ Brasil, assegurando mapeamento de processos, captura controle, classificação, temporalidade, destinação, metadados, assinatura eletrônica, preservação digital, garantindo disponibilidade, autenticidade, integridade e confiabilidade ao longo do ciclo de vida dos documento.

Proposta 2

Promover o acesso aos acervos públicos históricos, incentivando a participação de comunidades, agentes culturais, grupos de pesquisa e juventudes na organização e

difusão da memória institucional e cultural, com vistas à democratização da informação, produção e valorização da diversidade cultural e fortalecimento da Cidadania.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

As discussões iniciaram com a explicação do eixo e logo em seguida a leitura das propostas. A discussão seguiu onde se questionou sobre a importância da preservação dos arquivos e formas de garantia para tal. Assim, após a discussão chegaram-se as seguintes redações.

Proposta 1

Instituir Programa Nacional de Preservação Arquivística (PRONARQ), coordenado entre União, Estados e Municípios para a proteção física e digital dos arquivos, atuando na criação e implementação de infraestrutura adequada para entidades arquivísticas, desenvolvimento de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, mecanismos de prevenção e resposta a desastres, garantindo acesso contínuo, formação técnica, segurança documental, compartilhamento de conhecimentos e redução das desigualdades regionais.

Proposta 2

Criar um fundo nacional com dotação orçamentária própria destinado à preservação do patrimônio arquivístico, implementação e manutenção da infraestrutura física, tecnológica e de segurança, à formação e ampliação de equipes técnicas especializadas permanentes e ao gerenciamento de riscos, assegurando a proteção e a difusão cultural da memória e do fortalecimento da gestão documental em todos os níveis federativos.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Os Eixos 2 e 4 precisaram ser unificados, pois o relator de um dos grupos faltou, o que levou ao remanejamento do relator do Eixo 2 para o Eixo 1. Desse modo, Vanessa Albuquerque ficou responsável por sistematizar a relatoria de ambos os eixos.

A discussão também levou em consideração os dois grupos, uma vez que tinham temas que conversavam entre si. Foi importante essa junção, pois os dois eixos tinham poucas pessoas e a discussão poderia ter sido reduzida por esse fato. Com a junção foi possível discutir com mais qualidade de deliberação.

As pessoas participantes fizeram suas apresentações. Falaram seus nomes e identificaram as instituições das quais faziam parte, relatando também como desenvolviam suas funções nesses espaços, prioritariamente arquivísticos.

A discussão começou pelo Eixo 4 - "Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania". A leitura do texto base foi realizada pela relatora Vanessa Albuquerque.

Foram apresentadas e lidas quatro propostas referentes ao eixo. Foram essas propostas que alimentaram a discussão para que fossem duas propostas fossem desenvolvidas com a apreciação e as contribuições de todas as pessoas presentes, no auditório 5 do setor de Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Foi finalizado o texto das duas propostas do Eixo 4. Votaram favoravelmente ao texto os sete participantes e as três relatoras, que faziam parte da equipe técnica da Conferência. Iniciamos a discussão sobre a temática do Eixo 2 - "Gestão de Documentos como infraestrutura democrática" com a leitura do texto base, que foi realizada pela mediadora Josedete.

Duas propostas foram apresentadas e os presentes refinaram os textos e votaram pela aprovação das mesmas.

Proposta 1

Promover a implantação, organização e fortalecimento de arquivos em comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ciganas, povos de terreiro, periféricas) conforme o Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Assegurando a preservação da memória, identidade e patrimônio documental dessas comunidades, com apoio técnico, formação e acesso a políticas públicas e arquivísticas.

Proposta 2

Desenvolver instrumentos e capacitações voltadas para o acesso dos acervos e espaços de informação e memória para a promoção da inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

As discussões iniciaram com a explicação do eixo e logo em seguida a leitura das propostas. A discussão seguiu onde se questionou sobre a importância da preservação dos arquivos e formas de garantia para tal. Foi falado sobre a falta de arquivos, falta de profissionais especializados na área, dificuldades de atender ao público, falta de material apropriado e específico para lidar. Falta de conexão da sociedade com o Arquivo; cuidado com quem não está na área, dificuldades de orientação ao público porque não tem conselho. Descontinuidade do trabalho. Desvio de função, arquivo funciona como depósito de pessoas, insalubridade total. Falta arquivista formado, não há padrão de ordenamento. Falta salubridade, falta de recursos, falta espaço adequado para os arquivos (funciona como galpão). Assim, após a discussão chegaram-se as seguintes redações.

Proposta 1

Garantir a ampliação da lei 14.846/2024 e sua regulamentação, assegurando que os laudos técnicos sejam realizados preferencialmente por especialistas como médicos e engenheiros do trabalho com a participação de profissionais das áreas da arquivologia, da museologia, da biblioteconomia e de historiadores e atualizar a lei 6.546/1978, garantindo a criação do conselho federal de arquivologia.

Proposta 2

Ampliar a formação profissional da área de Arquivologia e fomentar a pesquisa científica por meio de orçamento público como o repasse do fundo nacional de cultura para os arquivos públicos estaduais, municipais e comunitários.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

A reunião do Eixo 06 - Arquivos privados e comunitários, contou com a participação da mediadora Magda Mota, do relator Vinícius Mesquita e de cinco participantes: Marilca Camilo, Prudêncio, Glaucio Barreto, Josivan Soares e Gilton Barreto. No primeiro momento, houve uma rodada de apresentações, em que foram apresentadas questões de arquivos institucionais, como do Escritórios de práticas jurídicas da UNIFOR, de acervos privados, como de Viçosa do Ceará e Iguatu. Outros tópicos versaram acerca da criação de mecanismos de acesso a acervos privados, espaços para recepcionar arquivos comunitários e privados que não tenham espaços físicos próprios. Alguns participantes abordaram a necessidade de um cadastramento estadual de arquivos, bem como a necessidade de medidas e, sobretudo, plataformas, que permitam a transversalidade entre arquivos, facilitando ações de ajuda mútua, procedimentos de acesso, além de ações de pesquisa.

Realizados as discussões, foram compilada as seguintes propostas:

Proposta 1

- Diretriz: formalizar o cadastro estadual de arquivos
- Ação: busca ativa e inserção dos arquivos comunitários e privados no sistema estadual de arquivos.

Proposta 2

- Diretriz: formação continuada para pessoas interessadas ou que já atuam em arquivos comunitários e privados respeitando as especificidades desses acervos.
- Ação I: Implementação do sistema de descrição e difusão arquivística com suporte em tecnologia e acessibilidade da informação.
- Ação II: criação de editais que respeitem as diferentes tipologias, recortes sociais e territoriais de arquivos privados e comunitários.

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Proposta Apresentada 1

1. Criação de um fundo nacional de aparelhamento de arquivos municipais, com condicionado ao cumprimento de metas pelo poder público municipal.

- 1.1 Criação de estrutura com atribuição de gestão documental em sua esfera de competência;
- 1.2 Elaboração de Programa de gestão documental, com competências definidas;
- 1.3 Instituição de comissões permanentes de avaliação de documentos no âmbito dos municípios.

Proposta Apresentada 2

Proposta de resolução do CONARD para obrigatoriedade de profissional arquivista em todas as comissões permanentes de avaliação de documentos em órgãos ou entidades públicas.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Proposta 1

Implementar política nacional integrada de acesso à informação arquivística, baseada na transparência e na gestão eficiente, com obrigatoriedade de adoção do sistema de Gerenciamento arquivístico - SIGAD, conforme o e -ARQ Brasil, assegurando mapeamento de processos, captura controle, classificação, temporalidade, destinação, metadados, assinatura eletrônica, preservação digital, garantindo disponibilidade, autenticidade, integridade e confiabilidade ao longo do ciclo de vida dos documento.

Proposta 2

Promover o acesso aos acervos públicos históricos, incentivando a participação de comunidades, agentes culturais, grupos de pesquisa e juventudes na organização e difusão da memória institucional e cultural, com vistas à democratização da informação, produção e valorização da diversidade cultural e fortalecimento da Cidadania.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

Proposta 1

Instituir Programa Nacional de Preservação Arquivística (PRONARQ), coordenado entre União, Estados e Municípios para a proteção física e digital dos arquivos, atuando na criação e implementação de infraestrutura adequada para entidades arquivísticas, desenvolvimento de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, mecanismos de prevenção e resposta a desastres, garantindo acesso contínuo, formação técnica, segurança documental, compartilhamento de conhecimentos e redução das desigualdades regionais.

Proposta 2

Criar um fundo nacional com dotação orçamentária própria destinado à preservação do patrimônio arquivístico, implementação e manutenção da infraestrutura física, tecnológica e de segurança, à formação e ampliação de equipes técnicas especializadas permanentes

e ao gerenciamento de riscos, assegurando a proteção e a difusão cultural da memória e do fortalecimento da gestão documental em todos os níveis federativos.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Proposta 1

Promover a implantação, organização e fortalecimento de arquivos em comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ciganas, povos de terreiro, periféricas) conforme o Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Assegurando a preservação da memória, identidade e patrimônio documental dessas comunidades, com apoio técnico, formação e acesso a políticas públicas e arquivísticas.

Proposta 2

Desenvolver instrumentos e capacitações voltadas para o acesso dos acervos e espaços de informação e memória para a promoção da inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Proposta 1

Garantir a ampliação da lei 14.846/2024 e sua regulamentação, assegurando que os laudos técnicos sejam realizados preferencialmente por especialistas como médicos e engenheiros do trabalho com a participação de profissionais das áreas da arquivologia, da museologia, da biblioteconomia e de historiadores e atualizar a lei 6.546/1978, garantindo a criação do conselho federal de arquivologia.

Proposta 2

Ampliar a formação profissional da área de Arquivologia e fomentar a pesquisa científica por meio de orçamento público como o repasse do fundo nacional de cultura para os arquivos públicos estaduais, municipais e comunitários.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Proposta 1

- Diretriz: formalizar o cadastro estadual de arquivos
- Ação: busca ativa e inserção dos arquivos comunitários e privados no sistema estadual de arquivos.

Proposta 2

- Diretriz: formação continuada para pessoas interessadas ou que já atuam em arquivos comunitários e privados respeitando as especificidades desses acervos.
- Ação I: Implementação do sistema de descrição e difusão arquivística com suporte em tecnologia e acessibilidade da informação.
- Ação II: criação de editais que respeitem as diferentes tipologias, recortes sociais e territoriais de arquivos privados e comunitários.

DELEGAÇÃO ELEITA

SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO (A, B,C, D)	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	D	Ana Paula Gomes Bezerra	
2.	C	Josedete Gonçalves Xavier	
3.	D	Lucas Rodrigues	
4.	B	Magda Mota do Amaral	
5.	C	Marcela Gonçalves Teixeira	
6.	B	Michel Prudencio de Oliveira	
7.	C	Regina Célia de Camargo Campos	Glaucio Barreto
8.	D	Thalisson Matheus Cruz Silva	Adeli

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Felipe Ferreira Moura	

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Alberto dos Santos Barros Filho	João Lúcio

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Ezequiel Pereira de Sales	

ARQUIVOS OU SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Kaio Alexander Fragoso Secundino	
2	José Mendeson Silveira	
	Gilton Barreto de Castro	
	Maria Efigênia Arrais Monteiro	

DELEGAÇÃO NATA – Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do DF

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Janaína Ilara Ferreira Conceição	

DELEGAÇÃO NATA – Arquivos Municipais Selecionados

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Kalina Maria Sales	

DADOS SOBRE A ETAPA

Participantes da etapa

Participantes da etapa	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
1. Antonio Nilson de Oliveira Filho	Poder Público
2. Felipe Ferreira Moura	Poder Público
3. Isabelly de Andrade Pompeu	Poder Público
4. Paulo Henrique de Freitas Maciel	Poder Público
5. Kátusia Bezerra	Poder Público
6. Amélia Leite Medeiros	Sociedade Civil
7. Ezequiel Pereira Sales	Poder Público
8. Kaio Alexander Fragoso Secundino	Poder Público
9. José Vicente de Oliveira Filho	Poder Público
10. Ana Raizza Almeida Costa dos Santos	Sociedade civil
11. Maria Vitória Soares Pereira	Sociedade civil

12. Daniel Moura	Sociedade civil
13. Rosilene Aires	Sociedade civil
14. Josedete Gonçalves Xavier	Sociedade civil
15. Antônia Soares Andrade	Poder Público
16. Francisco Oliveira Aragão	Poder Público
17. Francisco Otávio Menezes	Poder Público
18. Galdino Bezerra de Araújo Neto	Sociedade Civil
19. Henrique Jorge de Oliveira Barreira	Poder Público
20. Jalsey Pereira de Nazareno	Sociedade Civil
21. Jonathan de Freitas Rocha	Poder Público
22. José Mendenson Silveira	Sociedade Civil
23. Kelfer Stenio de Souza Lima	Sociedade Civil
24. Lílian Marineth Almeida Bezerra	Sociedade Civil
25. Lucas Rodrigues	Sociedade Civil
26. Marcela Gonçalves Teixeira	Sociedade Civil
27. Maria Gabrielle Sousa Aquino	Sociedade Civil
28. Mariza Mariano Monteiro	Poder Público
29. Michel de Melo Vieira	Sociedade Civil
30. Paulo Aluisio Maia Martins	Poder Público
31. Reydon Gadelha Moreira	Poder Público
32. Ricardo Augusto Sousa Carvalho Lima	Poder Público
33. Rita Maria Carvalho Brito	Poder Público
34. Tereza Cristina de Oliveira Lira	Poder Público
35. Victoria Girlen da Silva Freitas	Sociedade Civil
36. Virginia Maria Oriá de Alencar	Poder Público
37. Max Victor Gonçalves Lima	Sociedade Civil
38. Sandra Regina R. de Jesus	Sociedade Civil
39. Herbênio de Souza Bezerra	Sociedade Civil
40. Alana Fabiele da Cruz Ferreira	Sociedade Civil
41. Silvio Luiz Chagas Rabelo	Poder Público
42. Bruno Jurema Pontes de Almeida	Sociedade Civil
43. Emilly Cristine Barbosa dos Santos	Poder Público
44. Giusévily de Souza Mello	Poder Público
45. Mônica Maria Mesquita Gonçalves	Poder Público
46. Alberto dos Santos Barros Filho	Poder Público
47. João Lúcio Nobre de Araújo	Poder Público
48. Luana Ponte Paiva Dantas	Poder Público
49. Vanessa Albuquerque	Poder Público
50. Emmanoel Lopes	Poder Público
51. Adeli Gomes Moreira	Sociedade Civil
52. Francisca Virginia Façanha Arruda	Poder Público
53. João Paulo dos Santos Cavalcante	Poder Público
54. Maria Efigênia Arrais Monteiro	Poder Público
55. Roberta de Jesus Santana	Poder Público
56. Thalisson Matheus Cruz Silva	Sociedade Civil

57. Thayane Maciel Bezerra	Poder Público
58. Talita Maciel Freitas	Poder Público
59. Simone Viana de Lima	Poder Público
60. Kalina Maria Sales	Poder Público
61. Expedito Ximenes	Poder Público
62. Gilton Barreto de Castro	Poder Público
63. Josivan Soares Ferreira	Poder Público
64. Michel Prudêncio de Oliveira	Sociedade Civil
65. Glaucio Barreto de Lima	sociedade civil
66. Vinicius Mesquita Ferreira Moreira de Lima	Poder Público
67. Mariléa Camillo	sociedade civil
68. Janaína Ilara Ferreira Conceição	Poder Público
69. Jessica Ohara Pacheco Chuab	Poder Público
70. Ana Paula Gomes Bezerra	sociedade civil

Listagem de localidades presentes na etapa estadual/Distrital;

- Sobral;
- General Sampaio;
- Morrinhos;
- Viçosa do Ceará;
- São Gonçalo do Amarante;
- Caucaia;
- Iguatu.



REGISTROS

Inclua aqui fotos e materiais de sites, blogs e da mídia a respeito da etapa realizada.

<https://www.secult.ce.gov.br/2026/04/07/secult-ceara-realiza-a-1a-conferencia-estadual-de-arquivos-com-programacao-voltada-a-construcao-de-politicas-publicas/>

<https://www.secult.ce.gov.br/2026/04/10/ceara-realiza-a-primeira-conferencia-estadual-de-arquivo-s-e-avanca-a-defesa-da-memoria-de-nossa-gente/>



Comissão Organizadora Estadual



Plenária inicial





Delegados - Poder Público





Delegados - Sociedade Civil





Delegados eleitos e natos



ANEXOS

Lista de anexos que compõem o documento final da etapa.

1. Planilha de dados da delegação eleita;
2. Documento contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens (de preenchimento pela própria pessoa delegada eleita)

